

# **PROJETO DE LEI N.º 3.194, DE 2025**

(Do Sr. Amaro Neto)

Dispõe sobre a livre escolha de valor de recarga de créditos em planos de telefonia móvel pré-paga, estabelece prazo mínimo de validade dos créditos, e dá outras providências.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-4348/2024.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD



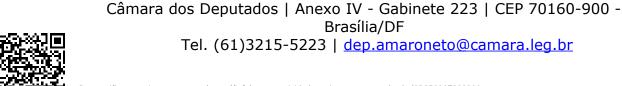
#### PROJETO DE LEI Nº . DE 2025

(Do Sr. AMARO NETO)

Dispõe sobre a livre escolha de valor de recarga de créditos em planos de telefonia móvel prépaga, estabelece prazo mínimo de validade dos créditos, e dá outras providências.

#### O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Esta Lei assegura aos consumidores de serviços de telefonia móvel na modalidade pré-paga o direito à livre escolha do valor das recargas de crédito, bem como estabelece prazo mínimo para a validade desses créditos.
- Art. 2º As prestadoras de serviços de telecomunicações ficam obrigadas a ofertar aos consumidores a possibilidade de realizar recargas de créditos nos planos pré-pagos de telefonia móvel nos seguintes termos:
  - I Valor mínimo obrigatório de recarga: R\$ 5,00 (cinco reais);
- II Validade mínima obrigatória dos créditos adquiridos: 90 (noventa) dias, independentemente do valor da recarga.
- Art. 3º Os créditos não utilizados até o fim do prazo de validade serão acumulados automaticamente com os créditos de novas recargas realizadas dentro do período de validade anterior.
- Art. 4º As prestadoras deverão disponibilizar canais gratuitos de atendimento para que o consumidor possa:
  - I Consultar o saldo de créditos disponíveis;
  - II Verificar a data de validade dos créditos:









III - Receber alertas com antecedência mínima de 7 (sete) dias sobre a expiração dos créditos.

Art. 5° O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei sujeitará a prestadora às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, na regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e em demais legislações aplicáveis.

Art. 6° Compete à ANATEL regulamentar esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação, assegurando o cumprimento de suas disposições.

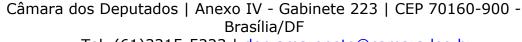
Art. 7º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

## **Justificativa**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade fortalecer os direitos dos consumidores de serviços de telefonia móvel na modalidade prépaga, promovendo maior justiça, transparência e acessibilidade nas regras de recarga e uso de créditos.

A telefonia móvel pré-paga constitui o principal meio de acesso a serviços de comunicação para a maior parte da população brasileira, especialmente em grupos de baixa renda, em zonas rurais e regiões urbanas periféricas.

Todavia, práticas abusivas de algumas operadoras, que impõem valores mínimos elevados para recargas e prazos reduzidos para validade dos créditos, têm prejudicado o consumidor, especialmente o mais vulnerável





Atualmente, a maioria dos usuários de telefonia móvel no Brasil utiliza planos pré-pagos, especialmente os cidadãos de baixa renda, que encontram nessa modalidade uma forma mais controlada de consumo. No entanto, práticas adotadas por operadoras, como limites mínimos elevados para recarga e validade excessivamente curta dos créditos, acabam por restringir o direito de escolha do consumidor , limitando seu acesso à comunicação, direito fundamental assegurado pela Constituição Federal (art. 5°, inciso XIV) e pelo Marco Civil da Internet, e comprometem o princípio da boa-fé nas relações de consumo.

Este projeto estabelece como direito do consumidor a possibilidade de realizar recargas a partir de R\$ 5,00, um valor mais acessível à realidade de milhões de brasileiros. Além disso, fixa um prazo mínimo de validade dos créditos de 90 dias, independentemente do valor recarregado, assegurando tempo razoável para a utilização dos serviços contratados e evitando prejuízos indevidos.

Outro avanço importante da proposta é o acúmulo automático de créditos não utilizados, o que garante ao consumidor que seu saldo seja preservado, incentivando o uso consciente e contínuo dos serviços. A obrigatoriedade de alertas prévios sobre a expiração dos créditos, bem como a oferta de canais gratuitos de atendimento, também reforça o respeito ao consumidor e promove maior transparência no relacionamento entre usuários e operadoras.

Por fim, a proposta prevê mecanismos de fiscalização e sanção, em caso de descumprimento, e estabelece a competência da ANATEL para regulamentar as disposições da Lei, dentro do prazo razoável de 90 dias.





Estas medidas estão alinhadas com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1°, III), da defesa do consumidor (art. 5°, XXXII), da redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3°, III) e com a necessidade de inclusão digital da população.

Diante do exposto, este projeto representa um importante passo rumo à democratização do acesso à telefonia móvel, à defesa do consumidor e à correção de práticas abusivas, motivo pelo qual se solicita o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado AMARO NETO





### FIM DO DOCUMENTO